

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.254 - SP (2019/0009534-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
AGRAVANTE : M C DE S
ADVOGADOS : MARCELO FELLER - SP296848
RAFAEL VALENTINI E OUTRO(S) - SP350642
AGRAVANTE : R P DE C
ADVOGADOS : WALDIR DE VASCONCELOS JUNIOR - SP084054
CARLOS FERNANDO DE FARIA KAUFFMANN E
OUTRO(S) - SP123841
LUIS GUSTAVO VENEZIANI SOUSA - SP302894
AGRAVANTE : M A G
ADVOGADOS : LEÔNIDAS RIBEIRO SCHOLZ E OUTRO(S) - SP085536
LUIS GUSTAVO PREVIATO KODJAOGLANIAN -
SP196157
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GESTÃO FRAUDULENTE DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **M. A. G.** (fls. 3122-3147), em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do eg. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Consta dos autos que o juízo singular condenou o agravante como incurso nas sanções do art. 4º, **caput**, da Lei nº 7.492/1986, à pena de 4 (quatro) anos, 8 (oito) meses e 6 (seis) dias de reclusão, em regime semiaberto, além de 75 (setenta e cinco) dias-multa (fls. 2211-2261).

O eg. Tribunal **a quo**, por maioria, deu parcial provimento ao apelo da defesa, apenas para redimensionar a pena de multa para 40 (quarenta) dias-multa mantendo, no mais, a sentença condenatória.

O v. acórdão foi ementado nos seguintes termos (fl. 2521-2525):

"PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. GESTÃO FRAUDULENTA. RECHAÇADAS AS ALEGAÇÕES DE NULIDADE DA SENTENÇA E INÉPCIA DA DENÚNCIA. MÉRITO: AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS COMPROVADAS. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE CORRETAMENTE FIXADAS. REVISTA A DOSIMETRIA DAS PENAS DE MUITA APLICADAS A CADA UM DOS RECORRENTES A FIM DE ADEQUÁ-LAS AOS PARÂMETROS DESTES TRIBUNAL. APELOS PARCIALMENTE PROVIDOS PARA ESTE FIM.

1- Não procede a alegação de nulidade da sentença pela existência de erro material no tocante a pena final imposta ao apelante Roberto. 1.1- Primeiro, porque não se confundem as espécies de pena privativa de liberdade (reclusão, detenção e prisão simples) com espécies de regime prisional (fechado, semiaberto e aberto). Assim, é perfeitamente possível que uma pena de reclusão seja cumprida no regime semiaberto, tal como estabeleceu a sentença apelada, que, para tanto, valeu-se do quanto disposto no art. 33, §§ 2.º e 3.º, do Código Penal. 1.2- Por sua vez, eventual erro material no dispositivo da sentença relativamente ao quantum da pena aplicada ao apelante Roberto não a torna nula, mas apenas passível de reforma, principalmente quando, no caso, apesar de o magistrado singular ter assinalado a pena ao final imposta ao apelante de duas formas diferentes - 4 (quatro) anos sob o signo numérico e 3 (três) anos por extenso - é certo que a leitura da dosimetria e a compreensão dos critérios externados pelo juiz sentenciante evidenciam que o valor correto foi o de 4 (quatro) anos de reclusão. Precedentes.

2- Também não há cogitar-se de nulidade da sentença pela falta de fundamentação no tocante à rejeição da preliminar de inépcia da denúncia. 2.1- Com efeito, depreende-se que a decisão apelada, ao repelir a aventada inépcia da exordial acusatória, declinou fundamentação idônea e suficiente para tanto. 2.2- Por sua vez, apesar de imputar tal grave pecha à sentença recorrida, o apelante Marco não opôs embargos de declaração, agindo, pois, de forma totalmente incompatível com o grave vício que atribuiu à decisão apelada. 2.3- Ademais, segundo remansosa jurisprudência, somente a inexistência de fundamentação constitui causa de nulidade da decisão por ofensa ao art. 93, IX, da Constituição Federal.

3- Não procede, igualmente, a aventada nulidade ab initio do processo pela inépcia da denúncia. 3.1- A uma, porque a questão encontra-se preclusa, na medida em que devidamente enfrentada e rechaçada não só pela sentença recorrida, como por este E. Tribunal no bojo do Habeas Corpus nº

2005.03.00.063722-8. 3.2- *Malgrado a impropriedade da alegação da inépcia da denúncia nesta sede - como, de resto, vem proclamando, de forma uníssona, a jurisprudência pátria - certo é que a peça inaugural da presente ação penal atendeu aos requisitos elencados no art. 41 do Código de Processo Penal, porquanto qualificou os acusados, descreveu os fatos criminosos e suas respectivas circunstâncias, classificando-os, e apresentou rol de testemunhas. 3.3-Especificamente quanto a Marco, verifica-se que a denúncia estabeleceu de forma concreta a relação do cargo ocupado por ele ocupado no Banco Garavelo S.A. com os ilícitos que lhe imputou, tendo referido que ele, além de ser um dos responsáveis pela condução da sociedade empresarial, também o era pela abertura das contas correntes onde se teriam verificado as movimentações fraudulentas, viabilizando, assim, o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, razão pela qual se figura descabido cogitar da inépcia da denúncia no caso dos autos.*

4- Autoria e materialidade devidamente comprovadas pela data documentação acostada aos autos, bem como pela prova testemunhal coligida na fase judicial. 4.1-Mesmo que apenas um único ato de gestão tivesse sido imputado e comprovado, ainda assim não seria atípica a conduta de Marco, uma vez que, nos termos do que vem entendendo a doutrina e a jurisprudência, o crime de gestão fraudulenta é habitual impróprio, de modo que uma única ação relevante é capaz de configurar a figura delitiva em comento. 4.2- A despeito das alegações tecidas pela defesa de Roberto, não há nada que desqualifique o teor do testemunho de J.R.T.Jr., altamente comprometedor aos apelantes, porquanto demonstra que eles estavam conluiados para a prática das fraudes verificadas na gestão do Banco Garavelo S.A.. 4.2.1- Deveras, a testemunha em questão não foi contraditada e não foi apontado indício qualquer de que ela tenha agido com o propósito de incriminar os recorrentes. 4.2.2- Outrossim, a consulta a apontamentos é perfeitamente possível, tal como ensina a melhor doutrina ao interpretar o art. 204, parágrafo único, do Código de Processo Penal. 4.3- Por sua vez, a absolvição da corre M.H.B.H. em nada beneficia os apelantes, haja vista que a sentença foi expressa a afirmar que a situação dela é diversa daquela apurada em relação aos recorrentes. 4.3.1- Com efeito, ficou comprovado que a atuação de M.H.B.H perante o Banco (leia-se: assinatura de cheques e documentos) se dava apenas pro forma, uma vez que ela se dedicava à corretora Gave CCTVM, empresa pertencente ao Grupo Garavelo, fato confirmado pelo próprio apelante Mário (fls. 746/748) e pelas testemunhas I.S.R. (fls. 1.135/1.137) e A.S. (fls. 1.138/1.139), de modo que ela "efetivamente não tinha

ciência das fraudes perpetradas no BANCO, pois lhe faltavam conhecimentos e oportunidade para tanto" (fls. 1.898). 4.3.2- Já com relação aos apelantes Mário, Marco e Roberto, pode-se inferir, tanto das provas documentais quanto dos depoimentos colhidos e acima referidos, que eles atuaram de forma relevante e causai para os atos denotativos da gestão fraudulenta do Banco Garavelo, tal como afirmado pela sentença apelada, que, nesse tocante, encontra respaldo nas conclusões da própria Comissão Processante do Bacen. 4.3.3- Demais disso, a prática de atos tão nefastos à própria existência do Banco é incompatível com a larga experiência que os apelantes possuíam na área de gerenciamento de instituições financeiras, haja vista que, conforme se depreende das declarações judiciais e extrajudiciais de Marco, Mário e Roberto, todos eles já haviam laborado em empresas equiparadas à instituição financeira (consórcio, corretora de valores etc.), o que demonstra que eles tinham conhecimento das normas do Bacen e agiram, pois, com plena consciência da ilicitude de seus atos.

5- A culpabilidade de Marco dever ser valorada negativamente, haja vista que, segundo o testemunho de V.S.B. (fls. 1.457), referido pelo magistrado sentenciante, toda a diretoria se reportava a ele, que, nessa condição pode ser considerado um dos maiores incentivadores da fraude, na medida em que, conforme apurado pelo Bacen, as práticas fraudulentas acabaram por beneficiarem outras empresas do grupo Garavelo, e, ainda, disfarçavam a situação de insolvência do Banco, que não recolhia compulsoriamente à autarquia monetária o percentual dos depósitos a que estava obrigada pelas normas de regência.

6- Por sua vez, a falência do banco pode ser valorada como consequência negativa do ilícito, eis que, ao contrário do quanto afirmado pela defesa de Marco, a eventual falência de uma instituição financeira não é circunstância que integra o tipo penal da gestão fraudulenta.

7- Também o aumento padrão - de 6 (seis) meses e 22 (vinte e dois) dias - aplicado à cada circunstância judicial computada em desfavor dos apelantes não implica qualquer nulidade, máxime quando, ao final, as penas cominadas aos apelantes - 4 (quatro) anos, 8 (oito) meses e 6 (seis) dias de reclusão para Marco e Mário; e 4 (quatro) anos, 1 (um) mês e 14 (catorze) dias de reclusão - se mostraram proporcionais à culpabilidade de cada um deles, bem como diante das graves consequências e circunstâncias do delito. 7.1- Nada obstante, ao contrário do quanto alegado pelo defensor de Marco, na primeira fase do art. 59 do Código Penal não há obrigatoriedade de o juiz atribuir pesos às circunstâncias, de modo a valorar com

mais rigor aquelas de caráter subjetivo em detrimento das circunstâncias objetivas. 7.2- De fato, tal critério, por força expressa da lei (art. 67, do Código Penal), só é aplicável no concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes. Na dosimetria da pena base, vige, como sabido, o critério da discricionariedade vinculada, segundo o qual magistrado é livre para aumentar a pena dentro do limite máximo previsto no tipo penal, desde que fundamente sua decisão, tal como ocorreu na hipótese vertente, em que o aumento empreendido à pena-base dos apelantes encontra-se devidamente justificado pela presença de três circunstâncias judiciais negativamente valoradas.

8- Mantidas as penas de reclusão cominadas a cada um dos recorrentes, que responderam ao processo soltos, nos termos em que fixadas pela sentença apelada, fica mantido, igualmente o regime inicial semiaberto, por expressa disposição legal (art. 33, § 2.º, b, do Código Penal).

9- Se a dosimetria das penas privativas de liberdade não merece reparos, o mesmo não se pode dizer das penas de multa, cujo total de dias-multa se afigura desproporcional em face dos parâmetros adotados por este E. Tribunal. 9.1-, Assim, a fim de adequar a quantum das penas de multa aos critérios que esta C. Corte tem observado em casos que tais, reduzo-as para os seguintes termos: d) Marco e Mário ora ficam condenados ao pagamento de 40 (quarenta) dias-multa, no valor unitário de 1/2 (meio salário mínimo) vigente à época dos fatos, devidamente corrigido (mesmo valor estipulado pela sentença); e b) Roberto terá de arcar com o pagamento de 33 (trinta e três) dias-multa no valor unitário de 1/2 (meio salário mínimo) vigente à época dos fatos, devidamente corrigido (mesmo valor estipulado pela sentença).

10- Preliminares rejeitadas. Apelos dos réus parcialmente providos para reduzir o número de dias-multa."

Buscando a prevalência do voto-vencido, que dava provimento ao apelo defensivo em maior extensão, a Defesa interpôs embargos infringentes e de nulidade (fls. 2542-2554), aos quais a Corte de origem deu parcial provimento, para reduzir a pena privativa de liberdade para 4 (quatro) anos, 1 (um) mês e 14 (quatorze) dias de reclusão, em regime semiaberto, e de multa para 13 (treze) dias-multa, afastando preliminar de prescrição da pretensão punitiva estatal e negado pleito de concessão de **habeas corpus** de ofício, consoante a seguinte ementa (fls. 2779-2781):

"PENAL. PROCESSO PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. LEI 7.492/86. GESTÃO FRAUDULENTA. CONTROVÉRSIA. PENA-BASE. DOSIMETRIA ALTERADA. RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Embargos infringentes opostos contra acórdão em que se manteve, por unanimidade, condenação dos embargantes pela prática do delito tipificado no art. 4º, caput, da Lei 7.492/86. Parte não-unânime do aresto que se cinge a aspectos de fixação da pena-base.

2. Para que haja gestão fraudulenta, devem os réus ser gestores (em sentido amplo) de instituição financeira (Lei 7.492/86, art. 25). A qualificação de diretor em si é requisito para a própria responsabilização penal dos agentes, de maneira que o exercício de funções de gestão, isoladamente considerado, não poderá ser utilizado para exasperação concreta da pena. Não se exclui a possibilidade, em tese, de valoração negativa da culpabilidade com base em tal fator, desde que haja circunstâncias específicas ligadas ao exercício de funções de direção de grande importância, o que não se comprovou no caso concreto. Excluída a valoração negativa da culpabilidade de dois dos embargantes (aqueles com relação aos quais se procedeu à exasperação da pena com lastro nessa circunstância).

3. Uma das seqüências de atos fraudulentos que compuseram a gestão fraudulenta praticada pelos embargantes foi, exatamente, o uso de contas específicas de clientes para movimentação de valores e, até mesmo, para abastecer outras contas de funcionários do banco que eram credores da instituição. Isso chegou a levar com que fossem investigados e mesmo denunciados terceiros que nada tinham a ver com as práticas criminosas. Circunstância do crime concreto que não é inerente à prática delitiva, nem absolutamente ordinária a esta, tratando-se, ademais, de característica de alta reprovabilidade. Mantida a valoração negativa das circunstâncias do crime.

4. Mantida, igualmente, a valoração negativa das conseqüências do crime (que levou à falência da instituição financeira em questão), parcela do aresto embargado em que houve unanimidade.

5. Inexiste, no ordenamento pátrio, critério objetivo e único para mensuração das circunstâncias judiciais. Vigora, em nosso sistema, a discricionariedade motivada quanto à exata fixação concreta da pena-base, obedecidas as balizas normativas pertinentes.

6. A pena de multa deve ser fixada com observância aos mesmos critérios e parâmetros que norteiam a

fixação da pena privativa de liberdade.

7. *Embargos parcialmente providos."*

Opostos embargos de declaração (fls. 2791-2794), estes foram rejeitados (fls. 2825-2842), consoante a seguinte ementa:

"PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, AMBIGÜIDADE OU CONTRADIÇÃO. MERO INTUITO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. EMBARGOS REJEITADOS. DISPOSITIVO DO ACÓRDÃO. ACRÉSCIMO DE OFÍCIO.

1. *Inexiste omissão, obscuridade, ambigüidade ou contradição no acórdão recorrido.*

2. *No caso, nota-se que os recursos pretendem rediscutir as matérias decididas na decisão embargada, e não aclarar a decisão ou sanar as alegadas obscuridades e omissões.*

3. *Houve fundamentação clara e concreta a embasar a fixação das penas, dentro da margem de discricionariedade motivada concedida pelo ordenamento aos órgãos jurisdicionais para fixação da pena justa e necessária em um caso concreto, dentro das balizas legais e constitucionais. Inexiste necessidade jurídica de se utilizarem frações específicas para expor os critérios de aumento da pena-base na primeira fase da dosimetria.*

4. *Para se saber se devem ser aplicadas regras atinentes a um empate em julgamento colegiado, é pressuposto óbvio aferir se houve efetivamente um empate. Não é o caso concreto, como fica claro a partir da leitura do dispositivo do acórdão.*

5. *De maneira a evitar qualquer possibilidade de dúvida a respeito do teor da decisão colegiada, determinado o acréscimo de ofício de expressão no dispositivo, sem alteração de conteúdo ou resultado.*

6. *Embargos rejeitados. Alteração de ofício no dispositivo do acórdão embargado, integrando-o"*

Interposto **recurso especial**, às fls. 2607-2637, e reiterado às fls. 2900-2914, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, a Defesa alegou ofensa aos seguintes dispositivos de lei federal:

a) ao art. 4º, **caput**, da Lei nº 7.492/1986, ao argumento de que não se encontram presentes as elementares do tipo penal em referência,

impondo-se a absolvição do acusado, ainda mais porque sequer demonstrada a habitualidade da prática delitiva;

b) ao art. 59 do CP, porquanto não houve fundamentação idônea para a exasperação da pena-base;

c) aos arts. 41 e 381, inc. III, ambos do CPP, com a alegação de que a denúncia é inepta, uma vez que não individualizou de forma suficiente as condutas do agravante, cerceando o direito de defesa. Argumenta que, ainda que se tratem de crimes societários, *"a simples invocação da condição de sócio, gerente ou administrador, sem a mínima descrição de condutas individuais, é inadmissível. Impõe-se à denúncia relatar, ao menos, em que consistiria o necessário vínculo comportamental entre o acusado e o fato ilícito"* (fl. 2623).

Alega ainda que o acórdão recorrido carece de fundamentação idônea na parte em que rejeitou esta alegação, asseverando que *"circunscreveu-se, porém, o acórdão guerreado à mera evocação da decisão de primeiro grau sem, contudo, demonstrar minimamente a adequação do caso ao concreto à norma citada"* (fl. 2616).

Argumenta que a valoração negativa das circunstâncias judiciais referentes às consequências e circunstâncias do crime carecem de fundamentação idônea, uma vez que elementares do próprio tipo penal pelo qual foi condenado, bem como porque não se demonstrou de que forma a conduta do recorrente teria causado ou mesmo contribuído para a falência da instituição financeira.

Por fim, pugna pelo provimento do apelo nobre, para que a condenação seja afastada, dada a atipicidade da conduta e nulidade absoluta em virtude da inépcia da denúncia ou, de forma subsidiária, redução da pena-base ao mínimo legal e consequente fixação do regime aberto e substituição da pena corporal por restritiva de direitos.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 2955-2964), sobreveio juízo negativo de admissibilidade (fls. 2985-3005) fundado: **i)** na incidência da

Súmula 83/STJ, pois o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior; **ii)** na aplicação da Súmula 7/STJ, pois a análise do acórdão recorrido implicaria revolvimento de matéria fático-probatória.

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão (fls. 3122-3147).

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **desprovemento** do agravo em recurso especial (fls. 3207-3209).

É o relatório.

Decido.

O agravo não merece ser conhecido.

A parte agravante deixou de infirmar, de **maneira adequada e suficiente**, as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, não bastando, para tanto, deduzir genericamente a impossibilidade de incidência da Súmula 83/STJ.

Digo, nas razões de fls. 3122-3147, o agravante, em uma breve explanação, apenas limitou-se a repisar os fundamentos do recurso especial não admitido, com efetiva consignação das manifestações da Corte de origem quanto às supostas violações postas no apelo nobre, o que afastaria, ao menos nessa fase de cognição, a incidência da Súmula 7/STJ.

Contudo, no que se refere ao óbice da Súmula 83/STJ, a defesa apenas reiterou as alegações quanto à suposta inépcia da exordial acusatória sem, contudo, demonstrar que a posição do colegiado de origem não está em consonância com o entendimento desta Corte Superior.

Com efeito, não basta deduzir a inaplicabilidade do óbice sumular, devendo ser esclarecido o rechaço aos pontos esteares da decisão de admissibilidade, **como comprovar, por meio da indicação de precedentes desta Corte Superior, a desarmonia do julgado ou da ausência de entendimento pacificado sobre a matéria**, por exemplo, evidenciando, assim,

a inaplicabilidade do embargo indicado pelo Tribunal **a quo**, o que não ocorreu.

Desse modo, a ausência de impugnação dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ. INCIDÊNCIA CONFIRMADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DEFERIDA.

1. O Agravante não infirmou, especificamente, todos os fundamentos da decisão combatida, o que atrai a incidência da Súmula n. 182 desta Corte.

[...]

3. Agravo regimental improvido e deferida a execução provisória da pena, determinando o imediato cumprimento da condenação, delegando-se ao Tribunal local a execução de todos os atos preparatórios." (AgRg no AREsp 984.287/RS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 26/06/2017)

Ademais, no que diz respeito à impugnação da aplicação do óbice

da Súmula 83/STJ:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão de admissibilidade impede o conhecimento do respectivo agravo, nos termos do que dispõe a Súmula 182/STJ.

2. E, ainda, esta Corte firmou o entendimento de que, **"quando o inconformismo excepcional não é admitido pela instância ordinária, com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida"** (AgRg no AREsp 709.926/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016), o que não ocorreu no caso destes autos.

3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 637.462/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 1/8/2017)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA RELATIVO À INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO.

1. É cediço nesta Corte que a impugnação específica do fundamento da decisão que aplica a Súmula nº 83 do STJ demanda a demonstração, pela agravante, que o entendimento do STJ não está em consonância com o acórdão recorrido ou de que os precedentes do STJ citados pelo juízo negativo de admissibilidade não seriam aplicáveis ao caso concreto, ônus do qual não se desicumbiu a agravante na hipótese dos autos. Com efeito, nas razões do agravo não foi indicado qualquer precedente desta Corte para infirmar o fundamento da decisão agravada que entendeu que a jurisprudência do STJ estaria no mesmo sentido do acórdão recorrido. Verifica-se, portanto, que a impugnação ao fundamento da decisão agravada, relativamente à aplicação da Súmula nº 83 do STJ, ocorreu apenas de forma genérica, e não de forma específica. Correto, portanto, o não conhecimento do agravo em recurso especial com base no disposto no inciso III do

art. 932 do CPC/2015.

[...]

3. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp 1122803/SP, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Mauro Campbell Marques**, DJe 25/9/2017)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 83/STJ QUANTO À VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA DA INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.

1. Não se conhece de agravo em recurso especial (art. 544 do CPC) que não impugna especificamente os fundamentos da decisão de admissibilidade.

2. A inadmissão do recurso especial com base na Súmula n. 83/STJ impõe ao agravante indicar precedentes contemporâneos, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial do STJ.

3. A Súmula n. 83 do STJ não se aplica apenas aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, sendo também aplicável aos recursos fundados na alínea "a".

4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 740.816/SC, **Primeira Turma**, Rel. Min. **João Otávio de Noronha**, DJe 23/10/2015)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE. ART. 544, § 4º, I, DO CPC. SÚMULA 83/STJ. RECURSO INTERPOSTO COM BASE NA ALÍNEA "A" DO INCISO III DO ART. 105 DA CF. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO.

1. A jurisprudência do STJ admite a aplicação da Súmula 83/STJ, mesmo na hipótese de Recurso Especial interposto com base na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988 (AgRg no REsp 1.452.950/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 26/8/2014; AgRg no AREsp 497.608/CE, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/8/2014).

2. A falta de impugnação específica aos fundamentos do juízo negativo de admissibilidade do Recurso Especial impede o conhecimento do Agravo, nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC.

3. In casu, cabia à parte demonstrar, de forma específica e objetiva, que o acórdão recorrido não se encontra

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

em conformidade com a jurisprudência do STJ, ônus do qual não se desincumbiu.

4. *Agravo Regimental não provido.*" (AgRg no AREsp 463.697/PE, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Herman Benjamin**, DJe 10/10/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

P. e I.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator

